

O projeto de império norte-americano, o novo eixo geo-econômico mundial e a inserção recente da América Latina: retrospectivas, mudanças e perspectivas

Sessões Ordinárias

18. Brasil e América Latina no Capitalismo Contemporâneo

Eduardo Costa Pinto¹

Paulo Balanco²

Resumo: Este artigo discute as transformações do capitalismo, afirmando que suas modificações mais recentes, expressas enquanto a *reestruturação produtiva*, a *globalização financeira* e o novo papel dos estados nacionais, foram introduzidas como estratégias de retomada do controle social e orientadas para a recuperação dos níveis de acumulação abalados pela crise estrutural do capital dos anos 70. Tal dinâmica de acumulação, centrada nas finanças, vem acompanhado do crescimento da dependência econômica e de um aprofundamento do quadro social desigual, principalmente nos países periféricos, haja vista a conformação de um “novo imperialismo” sob a égide norte-americana. Associadamente, a globalização pode ser vista como o alargamento da integração dos países ao mercado mundial, conformando um sistema-mundo mediante a gestação de um novo eixo geo-econômico, o qual, contraditoriamente abre espaço para a introdução de iniciativas de ruptura dos países latino-americanos relativamente ao modelo de desenvolvimento neoliberal.

Palavra chave: capitalismo, globalização, neoliberalismo, “novo imperialismo”, América Latina.

Abstract: his article discusses the transformations of the capitalism, affirming that their modifications more recent, expressed while the productive restructuring, the financial globalization and the new paper of the national states, were introduced as strategies of retaking the social control and guided for the recovery of the accumulation levels threatened by the structural crisis of the capital of the seventies. Such accumulation dynamics, centered in the finances, come together with the growth of the economical dependence and the deepening of the unequal social picture, mainly in the peripheral countries, have seen the resignation of a "new imperialism" under the North American aegis. With that, the globalization can be seen as the enlargement of the integration of the

¹ Doutorando em economia pela UFRJ e mestre em economia pela UFBA. E-mail: eduardopintobr@yahoo.com.br

² Doutor em economia pela Unicamp e professor da Faculdade de ciências Econômicas e do Curso de Mestrado em Economia da UFBA. E-mail: balanco@ufba.br

countries to the world market, conforming a system-world by the gestation of a new geo-economical axis, which, in opposition, opens space for the introduction of initiatives of rupture of the Latin-American countries relatively to the model of neoliberal development.

Key words: capitalism, globalization, neoliberalism, imperialism, Latin American.

1 – Introdução

A finalidade deste artigo é tentar (i) realizar uma linha de caracterização sintética das transformações ocorridas no sistema-mundo nos anos 90, sem perder de vista que as mesmas se originaram das estratégias norte-americanas de retomada de sua supremacia, questionada durante a crise dos anos 1970; (ii) apresentar as mudanças relevantes desse sistema-mundo no primeiro quinquênio do século XXI relativamente à década de 1990; e, por fim, (iii) mostrar como as modificações recentes do sistema mundial, relacionadas ao seu novo eixo geo-econômico em gestação (China/Índia e EUA), abriram “janelas de oportunidades” a boa parte dos países latino-americanos no que tange a adoção de políticas mais autônomas, do tipo “nacional-popular” ou “desenvolvimentistas”. Acredita-se que tais oportunidades têm sido exercitadas em menor ou maior grau a depender dos condicionantes internos de cada país, que são, na verdade, determinados pelos movimentos dialéticos das frações dominantes nacionais e forâneas (bloco no poder³) em sua maior ou menor influência na conformação das estratégias adotadas pelo Estado⁴.

³ Poulantzas, em passagem bastante elucidativa do seu livro *Poder político e classes sociais*, explicita muito bem o conceito de bloco no poder que será adotado aqui: “O bloco no poder constitui-se uma unidade contraditória de classes e frações politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica. A luta de classe, a rivalidade dos interesses entre as frações sociais, encontra-se nele *constantemente presente*, conservando esses interesses a sua especificidade antagônica [...]. A própria hegemonia, no interior deste bloco, de uma classe ou fração, não é devido ao acaso: ela tornou-se possível [...] através da unidade própria de poder institucionalizado do Estado capitalista. Esta corresponde à unidade particular das classes ou frações dominantes, isto é, estando em relação com o fenômeno do bloco no poder, faz precisamente com que as relações entre essas classes ou frações dominantes não possam consistir, como acontecia com outros tipos de Estado, em uma ‘repartição’ do poder de Estado – ‘igualdade de poder’ daqueles. A relação entre o Estado capitalista e as classes ou frações dominantes *funciona no sentido da sua unidade política sob a égide de uma classe ou fração-hegemônica*. A classe ou fração hegemônica *polariza* os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações no bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política. [...]. O processo de constituição da hegemonia de uma classe ou fração difere, consoante essa hegemonia se exerce sobre as outras classes e frações dominantes – bloco no poder -, ou sobre o conjunto de uma formação, inclusive, portanto, sobre as classes dominadas.[...]. O interesse geral, que a fração hegemônica representa em relação às classes dominantes repousa, em última análise, no lugar de exploração que elas detêm no processo de produção. O interesse geral que esta fração representa em relação ao conjunto da sociedade, em relação, portanto, às classes dominadas, depende da função ideológica da fração hegemônica. [...] Essa concentração da dupla função de hegemonia em uma classe ou fração, inscrita no jogo das instituições do Estado capitalista, não é senão uma regra geral cuja realização depende da conjuntura das forças sociais” (POULANTZAS, 1977, p. 233-234-235)

⁴ Neste artigo será adotada a concepção marxista de Estado a partir da leitura re-significada de Codato & Perissinotto (2001, p.17). Para eles, o Estado deve ser entendido de forma diferenciada a partir de duas dimensões teórico-históricas: a “conjuntural” e a “estrutural/longa duração”. Na perspectiva estrutural/longa duração, o “poder de estado” se

Para essa finalidade, buscar-se-á uma linha interpretativa que incorpore e relacione de forma dialética a dinâmica de acumulação de poder e de riqueza. Para tanto, parte-se do *constructo* de que o Estado-nação continua como elemento fulcral de “regulação” institucional dos eixos de produção e reprodução do capital, mantendo-se como o *locus* do poder e da disputa entre frações de classe. Na verdade, a ampliação atual do mercado mundial não eliminou o Leviatã hobesiano, mas, sim, criou e estendeu uma totalidade desigual explicitamente definida por relações integradas entre Estados-nações capitalistas. Assim, tanto agora como antes, apresenta-se, de forma bem definida, uma hierarquia, que traduz relações de domínio, dependência e subordinação, conformando trajetórias nacionais distintas.

Neste sentido, além desta introdução, descrevem-se, na segunda seção deste artigo, de forma estilizada, as transformações contemporâneas no sistema-mundo, destacando o projeto de império mundial dos Estados Unidos a partir de 1991, as novas estratégias estadunidenses configuradas em 2001, e o novo eixo geo-econômico de acumulação do sistema mundial em gestação. Na terceira seção são apresentados, de forma retrospectiva e prospectiva, os impactos dos movimentos hierárquicos do sistema mundial na configuração do padrão de desenvolvimento da periferia latino-americana. Por fim, na quarta seção, procura-se alinhar algumas idéias a título de conclusão.

2 – As transformações contemporâneas no Sistema Mundial

2.1. Os antecedentes da década de 1990

Por volta do final dos anos 60 o *boom* econômico “virtuoso” dos *anos dourados* começou a se deteriorar. O padrão de acumulação, apoiado em normas regulatórias (sistema de *Bretton Woods* assentado no padrão ouro-dólar), no planejamento econômico e na harmonização entre as classes, apresentava sinais de esgotamento. Como consequência da substantiva redução do “exército industrial de reserva”, decorrente da própria acumulação de longo-prazo, materializou-se uma intensificação do conflito distributivo tanto nos Estados Unidos como na Europa, haja vista as reivindicações dos trabalhadores por maiores salários e as pressões da sociedade, mais

identifica completamente com o “poder de classe” através de uma ligação “virtuosa e feliz” entre o Capital e o Estado, já que este último, desde sua formação, entre outras coisas, funcionou e funciona como instrumento precípua da acumulação capitalista através da regulamentação e controle da circulação do dinheiro, do emprego/desemprego da força de trabalho, da dívida pública e da garantia da propriedade privada. Já na perspectiva “conjuntural”, “o poder de Estado” pode estar separado do “poder de classe”, separação esta que é marcada por uma relação conflituosa, pois o “poder de Estado” nunca consegue ter autonomia plena e se “livrar” dos antagonismos da sociedade de classes, mantendo com essa separação apenas uma autonomia relativa. E nessa dimensão histórico-temporal que se configuram as lutas políticas de grupos, facções e frações de classe, momento este que é possível perceber como as classes, as frações de classes ou seus respectivos representantes são dotados de “capacidade de decisão” e de “capacidade de iniciativa”.

especificamente de diversos grupos minoritários, por mais gastos sociais por parte do Estado. Esse aumento do conflito distributivo provocou uma forte elevação dos salários nominais, sobretudo entre 1968 e 1971, fenômeno que ficou conhecido por “explosão salarial” (SERRANO, 2004).

Com a explosão salarial rompeu-se de vez o compromisso distributivo keynesiano/fordista (consenso estabelecido entre a burocracia sindical social-democrata e os patrões). Em boa parte do planeta os movimentos trabalhistas realizaram uma forte ofensiva. O conflito entre capital e trabalho não ficou restrito apenas à relação entre salário e lucro, pois as mobilizações também questionaram o tipo de controle social empregado pelos proprietários. O conflito transpôs os muros da fábrica através dos movimentos estudantis, dos grupos em luta por direitos humanos, da oposição à guerra do Vietnã e dos movimentos de contracultura. Assim, à época, verificou-se uma contestação da ordem estabelecida e, conseqüentemente, a crise assume um caráter de dominação⁵ ou crise estrutural.

Ao lado da intensificação do conflito de classes sob iniciativa operária, outros dois fatores contribuíram para intensificar a crise, quais sejam: i) a elevação e a grande volatilidade dos preços das matérias-primas, principalmente, do petróleo que, segundo Serrano (2004), foi uma decorrência do choque do petróleo de 1973 (que teve origem na guerra entre os países árabes e Israel) e, sobretudo, um resultado do novo regime de câmbio flutuante dólar flexível, num contexto mundial de maior liquidez (euromercados e petrodólares) e demanda efetiva; e ii) a intensificação da concorrência capitalista interestatal, principalmente entre os capitais norte-americanos, alemães e japoneses, uma vez que a partir da década de 1960, os norte-americanos, cada vez mais, vinham perdendo competitividade e “não podiam” desvalorizar sua moeda no contexto do padrão dólar-ouro.

A ativação dessa concorrência despertou antigas conflagrações que permaneceram adormecidas durante o “compromisso keynesiano”. Para Medeiros e Serrano (1999, p. 122), “vai ficando claro para o governo americano que um realinhamento cambial se tornava necessário para desacelerar o declínio relativo da competitividade dos EUA”. Esse problema, segundo tais autores, não seria fruto do “dilema de Triffin”⁶, mas sim originário do “dilema de Nixon”, situação em que os Estados

⁵ Para uma discussão a respeito do conceito de crise de dominação ver Pinto & Balanco (2005).

⁶ Desde 1947, Robert Triffin vinha alertando para a instabilidade dinâmica do sistema de *Bretton Woods* à medida que aumentava, nos Estados Unidos, a geração de reservas mediante a acumulação de passivos oficiais no exterior sobre cada vez menos ouro. Isso causava uma instabilidade no padrão dólar-ouro, conhecida como “dilema de Triffin”, já que “[...] acumular reservas em dólares era algo atraente apenas na medida em que não houvesse dúvidas sobre sua conversibilidade em ouro. Mas, depois que os saldos em dólares do exterior cresceram muito em relação às reservas norte-americanas de ouro, a credibilidade desse compromisso poderia ser colocada em dúvida. [...] Se alguns credores estrangeiros procurassem converter suas reservas, as decisões destes poderiam produzir o mesmo efeito de uma fila de correntistas às portas de um banco. Outros entrariam na fila por temer que elas fossem fechadas” (Eichengreen, 2000, p. 160). Concepção esta de difícil aceitação, segundo Medeiros e Serrano (1999) e Serrano (2002), haja vista a idéia aí

Unidos tinham que enfrentar o desejo de desvalorizar o câmbio sem ameaçar a posição do dólar como moeda de reserva internacional. Uma das consequências desse atrito foi a ruptura unilateral por parte dos EUA, em 1971, do sistema monetário de *Bretton Woods*.

O acirramento do conflito entre os países centrais não ficou circunscrito apenas ao plano econômico; muito menos ao bloco capitalista. Na verdade, na segunda metade dos anos 1960, intensificou-se o conflito político entre os blocos capitalistas e socialistas, ampliando ainda mais a contestação da supremacia estadunidense no pólo capitalista, haja vista, sobretudo, os movimentos europeus (questionamento da Aliança do Atlântico, sobretudo, pela França de De Gaulle) e indochinês (derrota dos EUA na guerra do Vietnã, a primeira grande derrota militar estadunidense) (FIORI, 1997). Os Estados Unidos não ficaram indiferentes a isso, já que a dupla Richard Nixon e Henry Kissinger buscou recompor o poder estadunidense por meio de uma nova estratégia: a “*Realpolitik* orientada pelos interesses americanos no contexto de um novo ‘equilíbrio de poder’ mundial” (FIORI, 1997, p. 112). Dentre as medidas dessa nova estratégia pode-se destacar: i) o fim da conversibilidade do ouro-dólar (desmoronamento do sistema monetário de *Bretton Woods*), articulada à desvalorização da moeda estadunidense; ii) o fim da guerra do Vietnã; e iii) a aproximação norte-americana com a China comunista para contrapor o avanço da União Soviética. Esta última condição é de fundamental importância para compreendermos o início do extraordinário crescimento da economia chinesa que detalharemos a frente. No entanto, esse projeto foi abortado devido à divisão interna do *establishment* estadunidense e do escândalo de *Watergate*, que gerou a renúncia de Nixon em 1974. Os presidentes posteriores, durante os anos 1970 (Ford e Carter), retomaram a visão wilsoniana, no plano internacional, e mantiveram a política keynesiana expansionista internamente (FIORI, 1997).

No fim da década de 1970, mais especificamente entre 1977 e 1978, o dólar apresentava sinais evidentes de sua fragilidade como unidade de reserva de valor em escala mundial, em virtude da ameaça do marco e do iene. As estratégias norte-americanas, ao longo dos anos 70, de criação de déficits orçamentários e em conta corrente cada vez mais elevados, para garantir a expansão e a elevação da competitividade do setor manufatureiro, em associação com a expansão dos euromercados, geraram uma forte desvalorização do dólar, permitindo o afloramento da situação nevrálgica de questionamento da própria posição do dólar como moeda-chave internacional (OLIVEIRA, 2004; BRENNER, 2003; SERRANO, 2004).

Diante do quadro de crise econômica e de redução do poder dos EUA, importantes transformações estruturais, sobretudo a partir de 1979, foram configuradas pelo Estado norte-americano visando a

subjacente de “monetarismo global” em que o ritmo de crescimento da economia mundial dependeria do crescimento da disponibilidade de ouro.

recuperação da competitividade do capital estadunidense e a sua recolocação no topo hierárquico da economia-mundo. A partir daí medidas de restauração da ordem do capital iam sendo implementadas, a saber, o controle norte-americano do sistema monetário-financeiro internacional por meio da estabilização do padrão dólar-flexível; no campo da política e da doutrina econômicas, a restauração liberal conservadora apoiada no monetarismo friedmaniano e na visão de mundo hayekiana da competitividade individual; e o redisciplinamento do mundo do trabalho, realizado mediante ataques aos sindicatos. Os cânones keynesianos deveriam ser quebrados abrindo espaço para a promoção de uma nova rota de acumulação da riqueza e de poder pelos capitais estadunidenses e pelo Estado norte-americano através do modelo de regulação neoliberal⁷ e da ampliação da acumulação pela via das finanças.

O processo de retomada da supremacia norte-americana, ampliado com a ascensão de Ronald Reagan ao poder, foi efetivado, por um lado, pelo processo de “diplomacia do dólar forte” que, posteriormente, possibilitou e abriu espaços para o processo de *globalização financeira*; e, por outro, pela “diplomacia das armas”, correspondente à intensificação da corrida armamentista e ao programa “guerra nas estrelas” (TAVARES, 1997).

Pelo lado da “diplomacia do dólar forte”, o presidente Carter, num cenário de “crise do dólar”, decidiu adotar uma mudança de sinal na sua política interna e externa por meio de medidas monetaristas voltadas ao aperto da base monetária, aos ajustes do “lado da oferta” e à “deflação competitiva”. A valorização do dólar, em 1979, por meio da forte elevação da taxa de juros estadunidense, a denominada política Volcker, teve como objetivo estratégico enquadrar os países sócios e os principais competidores econômicos do mundo capitalista. Segundo Medeiro & Serrano (1999), tal política deu o “pontapé” inicial do processo de “retomada da hegemonia norte-americana”, gerando, inclusive, o crescimento e a consolidação do padrão dólar flexível que alteraria profundamente o padrão de desenvolvimento dos países centrais e periféricos. Esse regime macroeconômico mostrou-se de crescimento moderado nos Estados Unidos e de muito baixo crescimento nos demais países avançados, com taxas de inflação bastante reduzidas e com grande piora nos termos de troca das *commodities* em geral (inclusive petróleo). Por essas razões, a valorização do dólar em 1979, como um típico ato de força, acabou por repercutir sobre os mais diversos espaços nacionais. Inclusive levando toda a economia mundial a uma profunda recessão entre 1981 e 1984.

⁷ Esta nova regulação institucional abriu espaço para a globalização financeira e, por conseguinte, para o favorecimento do rentista, principalmente nos EUA, elevando seus beneficiários a uma posição central na disputa entre as frações da classe dominante nacional e internacional pela apropriação da renda e da riqueza.

No que tange à “diplomacia das armas”, Reagan ampliou a Guerra Fria a partir de quatro áreas de atuação: i) apoio as forças anti-comunistas em todos os lugares do mundo; ii) a consecução do projeto científico-tecnológico e militar Guerras nas Estrelas; iii) a manutenção do apoio estratégico à China, iniciado por Nixon; e iv) o redisciplinamento da periferia por meio de intervenções no Panamá e em Granada, do alinhamento ao lado da Inglaterra na Guerra das Malvinas e da imposição do ajustamento às economias endividadas através do FMI (FIORI, 1997).

Com o restabelecimento da “ordem”, na verdade, um enquadramento dos diversos países, tanto capitalistas ou comunistas, quanto centrais ou periféricos, os EUA, a partir de 1985, buscaram adotar um estilo mais “pluralista” nas relações externas por meio de uma maior coordenação entre os países capitalistas centrais por meio das instituições “supranacionais”⁸ (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio) ou mediante maior coordenação entre os bancos centrais do G-7 [Acordo de Plaza (1985) e do Louvre (1987)]. Cabe destacar que o Acordo de Plaza – desvalorização do dólar – abarcava a ofensiva comercial norte-americana sobre o Japão, resultando na política macroeconômica regional expansiva asiática durante os anos 80 e 90.

Em linhas gerais, os novos elementos institucionais abriram espaços para o reflorescimento daquela fração da classe dominante do sistema capitalista, os rentistas, que fora mantida sob controle relativo durante *anos dourados*, bem como possibilitaram a reafirmação do poder dos Estados Unidos. Assim, a aliança entre o Estado norte-americano (*Washington*), em sua busca de acumulação de poder, e o capital estadunidense, sobretudo financeiro (*Wall Street*), em sua busca por riqueza, foi facilitada em face da convergência entre os interesses das frações financeiras e a busca do Estado norte-americano em restabelecer a “ordem” e, posteriormente, em implementar seu projeto de “império mundial”.

2.2. O Projeto de “Império Mundial”, o *boom* econômico norte-americano dos anos 90 e o novo eixo geo-econômico de acumulação do sistema mundial do séc. XXI

Com o fim da União Soviética e da Guerra Fria, muitos analistas afirmaram que uma nova ordem estaria nascendo, uma vez que as fronteiras nacionais estariam se extinguindo e um “império mundial norte-americano” estaria emergindo para estender ao mundo o modelo de liberdade, de democracia e dos direitos humanos, criando assim, nessa perspectiva, uma paz mundial duradoura e uma economia internacional estável que, por sua vez, geraria uma convergência entre as taxas de

⁸ Claro que essa maior coordenação “supranacional” sempre esteve fortemente submetida aos interesses estadunidense.

crescimento do produto e da renda *per capita* dos diferentes países. Tudo isso só possível graças à concentração de poder global em um único estado, os Estados Unidos funcionaria como um “hiperpoder”.

Essa compreensão do sistema econômico internacional foi o ideário do *mainstream* econômico e político durante toda década de 1990, permeando inclusive todas as estratégias do governo Clinton, durante os seus dois mandatos, as voltaram-se fortemente à crença de que o “poder pacífico dos mercados” e “a força econômica convergente da globalização” consolidariam finalmente o “império mundial cosmopolita, pacífico e democrático, sob a liderança benevolente dos Estados Unidos”. Não obstante sua retórica liberal-globalista (humanitária), o governo Clinton, no campo militar, exerceu um ativismo militar sem precedentes. Além do que a suposta convergência econômica que seria fruto do processo de liberalização econômica, patrocinado pelos EUA ao redor de boa parte do mundo, não se materializou. Pelo contrário, o que se verificou, durante a década de 1990, foi uma prática macroeconomia mundial divergente, pois se, por um lado, os Estados Unidos e parte do leste-asiático⁹ cresceram a taxas elevadas, por outro lado, os países da OCDE, da América Latina e da África e o Japão apresentaram taxas de crescimento muito baixas, sendo que muitos deles atravessaram crises econômico-financeiras agudas.

O extraordinário crescimento econômico estadunidense, principalmente entre 1995 e 2000, em que a taxa de crescimento do PIB foi superior a 4% ao ano, em média, foi impulsionado pelo crescimento significativo dos investimentos privados (superior a 8%, em média, entre 1995-2000) e pelo consumo das famílias. Esses elementos foram fortemente incrementados em virtude do aumento da produtividade e da inovação, decorrente do próprio crescimento econômico e do desenvolvimento da tecnologia da informação, e, sobretudo, do “efeito mercado acionário”, que influenciou tanto os proprietários do capital como os consumidores de alta renda, por meio dos seus dois componentes, a saber, um “efeito-renda”, que financia o consumo com base em dividendos e juros, e um efeito “posse de patrimônio”, que patrocina despesas apoiadas em antecipações de ganhos financeiros futuros (GONÇALVES, 2002, CHESNAIS, 2001).

Nesse contexto, configurou-se, nos Estados Unidos, entre 1992 e 2000, um padrão de acumulação em que os setores financeiros foram os grandes responsáveis pela acumulação de riqueza. Isso aconteceu porque, segundo Seabrook (2001, p. 151), “Washington relaxed its regulatory restrictions on banks’ securities activities to promote direct financing”, possibilitando a

⁹ O leste asiático desde a década de 1960 já vinha apresentado forte crescimento. Contudo, foi a partir dos anos 1980, sobretudo depois do Acordo de Plaza (1985), que se verificou uma dinâmica macroeconômica regional integrada e com extraordinárias taxas de crescimento que só recuaram temporariamente durante o colapso financeiro de 1997, retornando a acelerar nos anos recentes devido ao impressionante crescimento da China.

[...] “financial socialization” as the links between consumer credit (mortgages, for example) and financial market investment truly linked. While participation in direct financing still belonged overwhelmingly to intermediaries (such as banks, brokers, or managed funds), the ability to repackage debt and credit became commonplace.

Assim, a riqueza em ações e em títulos nos Estados Unidos tornou-se uma dos elementos mais importantes em proporção da renda, possibilitando a elevação da propensão a consumir e da propensão a investir, mesmo com uma taxa de poupança baixa ou negativa. Nesse contexto, a bolsa de valores tornou-se um mecanismo essencial de alocação do capital e de controle do modo de gestão das firmas (BOYER, 1999). Cabe destacar aqui que esse mecanismo de alocação esteve, em boa parte, condicionado pelos movimentos de políticas monetárias do FED norte-americano que, entre 1995 e 2000, estimulou esse tipo de padrão de crescimento com grande componente financeiro. Este estímulo do FED representou, num primeiro momento (início da década de 1990), a redução de suas taxas de juros e a ampliação da desregulamentação financeira, provocando um aumento da liquidez e, conseqüentemente, o deslocamento de parte desses recursos para o mercado acionário. Num segundo momento (entre 1995 e 1998), ocorreu por intermédio de um regime de crédito fácil, permitindo às empresas não-financeiras aumentar significativamente a tomada de empréstimos destinada à aquisição de ações, principalmente das empresas ligadas à “Nova Economia”¹⁰, criando uma “bolha” no mercado acionário norte-americano (BRENNER, 2003, p. 2007). Quanto a esse aspecto, faz-se necessário ainda destacar o papel da aceleração dos investimentos privados dos não residentes na Nova Economia, pois essa aceleração desproporcional, vinculado à disponibilidade de financiamento barato através do esquema de *venture capital*, ajudou a disseminar nos mercados expectativas despropositadas de constante expansão e de rentabilidade futura dos segmentos vinculados a esse setor (SERRANO, 2004, p. 210).

À época, boa parte do *mainstream* econômico acreditava que a hipótese de “bolha” financeira era uma falácia e que, por sua vez, o crescimento econômico era fruto dos elevados ganhos de produtividade da Nova Economia, a qual estaria propiciando o aumento das rendas – inclusive dos lucros - e, por conseguinte, impactando na elevação dos preços das ações. Até o Presidente do FED,

¹⁰ A “Nova Economia” estruturava-se a partir das novas tecnologias de comunicação e de informação e de suas respectivas indústrias (TICs). Em meados da década de 1990 muitos economistas apoloéticos acreditavam que essa nova estrutura econômica estaria criando uma nova forma estrutural de acumulação capitalista na qual a riqueza não mais seria originária do trabalho manual e sim do trabalho intelectual, que teria na ciência, na tecnologia e no capital humano suas fontes geradoras.

Alan Greenspan, que outrora havia criticado a “exuberância irracional” do mercado acionário, foi seduzido pela idéia da Nova Economia e declarou, em 1999, que:

Algo especial aconteceu à economia americana [...] As sinergias que se desenvolveram, em especial entre as tecnologias de microprocessamento, de laser, fibras óticas e satélites, dramaticamente elevaram as taxas potenciais de retorno em todos os tipos de equipamento incorporando ou utilizando essas novas tecnologias. Além disso, as inovações em tecnologia de informação começaram a alterar a maneira como fazemos negócios e criamos valor, com frequências de forma que não eram de imediato previsíveis menos de cinco anos atrás (GREENSPAN *apud* BRENNER, 2003, p. 244).

A partir de junho de 1999 o FED começou a elevar a taxa de juros com o objetivo explícito de frear o crescimento do consumo, esfriando de “forma modesta” o “efeito mercado acionário”, haja vista a rápida expansão da demanda e a elevação temporária da inflação decorrentes do aumento do preço do petróleo entre 1999 e 2000 (resultado da crise da Rússia em 1998). No entanto, essa “correção modesta” acabou gerando um forte movimento de realização dos lucros no mercado acionário que acabou estourando a bolha da bolsa Nasdaq (SERRANO, 2004; BRENNER, 2003).

A dura realidade do “estouro” da bolsa de Nova York, em 2000, desmanchou no ar a riqueza criada de forma fictícia¹¹. Marx, já em sua época, desenvolvera uma análise sobre o processo de *fetichização* extremada do dinheiro, proveniente da criação de capital fictício. Segundo ele, isso acontece quando o capital financeiro assume certa autonomia, pelo menos temporária, em relação ao capital produtivo – único capaz de gerar a mais-valia. Nas palavras do próprio Marx este processo ocorre

[...] porque o aspecto dinheiro do valor é sua forma independente e tangível, que a forma D-D’, cujo ponto de partida e de chegada são o dinheiro real, expressa de modo mais tangível a idéia de ‘fazer dinheiro’, principal motor da produção capitalista. O processo de produção capitalista aparece somente como um intermediário inevitável, um mal necessário para produzir dinheiro. É por isso que todas as nações submetidas ao modo de produção capitalista são tomadas periodicamente da vertigem de desejarem produzir dinheiro sem a intermediação do processo de produção (MARX *apud* CHESNAIS, 2001, p. 56).

Para compreendermos estruturalmente o *boom* da economia norte-americana dos anos 1990 precisamos analisar como foi possível o Estado americano operar de maneira autônoma suas

¹¹ “Ao final de 2001, o índice Nasdaq dominado por empresas de tecnologia e de Internet, sede central da disparada das ações, tinha decrescido em 60% de seu pico do início de 2000. O S&P 500 era território de especulação, caindo em mais de 20% de seu ponto alto. Cinco trilhões em ativos desfizeram-se como fumaça” (BRENNER, 2003, p. 315).

políticas econômicas num contexto de um sistema monetário internacional do tipo dólar-flexível e, ao mesmo tempo, articular, de forma inusitada, a expansão interna das finanças com o aumento do crédito e, conseqüentemente, do consumo das famílias e dos investimentos, gerando forte crescimento do produto e do emprego.

Quanto à autonomia da política econômica, Serrano (2002, 2004) e Medeiros & Serrano (1999, 2001) argumentam que no atual padrão monetário internacional, denominado de “padrão dólar flexível”, o país que emite a moeda-chave (EUA) não tem nenhum tipo de restrição externa, podendo assim incorrer em déficits de conta corrente crônicos, pois não mais existe a necessidade de manter sua moeda local (dólar) fixa em termos nominais em relação ao preço oficial do ouro em virtude da inteira inconvertibilidade do padrão dólar. Sendo assim, os EUA podem incorrer em déficits permanentes e crescentes em conta corrente sem se preocuparem com o fato de seu passivo externo líquido estar aumentando, já que esse passivo “externo” é composto por obrigações denominadas na própria moeda norte-americana e não conversíveis em mais nada e, conseqüentemente, todo excesso

do valor absoluto de VACP [saldo dos fluxos de capital de longo prazo] sobre VALP [saldo dos fluxos de capital de curto prazo] quando há déficit em conta corrente significa um aumento das reservas dos outros países que necessariamente, se quiserem participar da economia monetária internacional, têm que aceitar acumular títulos em dólar (em geral a própria dívida pública americana) (SERRANO, 2002, p. 251).

Essa não conversibilidade é sustentada pela idéia de que um dólar “*is as good as one dollar*”, possibilidade esta dada pelo poder do Estado e da economia norte-americana, ainda mais fortalecida após o fim da Guerra Fria. Assim, a política econômica dos Estados Unidos passa a ser dirigida exclusivamente pelos seus condicionantes internos, quer seja de manutenção da competitividade dos seus setores industriais e/ou quer seja de ampliação dos seus setores financeiros (MEDEIROS & SERRANO, 1999; SERRANO, 2002).

No que diz respeito à articulação entre Estado norte-americano e comunidade financeira, percebe-se que ela foi marcada pela competição-cooperação (*interactive embeddedness*) e pela socialização das finanças, representando uma difusão de poder. Isso ampliou, num tempo histórico-teórico “conjuntural”, a capacidade do Estado norte-americano, permitindo-o promover mudanças domésticas e internacionais, possibilitando, inclusive, jogar os segmentos financeiros (internacional e doméstico) um contra o outro em seu próprio benefício. Assim, o poder “conjuntural” norte-americano promoveu o financiamento direto para moldar as finanças internacionais e usou o regime internacional para gerar externalidades positivas para seus interesses (SEABROOKE, 2001).

No âmbito do sistema político internacional, os Estados Unidos, a partir de 1991, buscaram construir um império mundial liberal-cosmopolita, retomando a construção do projeto imperial. Este já havia sido colocado em andamento em outros momentos históricos, como, por exemplo, durante a guerra hispano-americana de 1889 e durante o governo Roosevelt (FIORI, 2001). Recentemente Henry Kissinger (*apud* FIORI, 2004a, p. 94) afirmou que “os Estados Unidos enfrentaram, em 1991, pela terceira vez na sua história [1918 e 1945], o desafio de redesenhar o mundo à sua imagem e semelhança [...]”.

Essa perspectiva, de formação de algum tipo de federação cosmopolita e pacífica (Império mundial liberal ou um Estado internacional), ao estilo kantiano, não tem nenhuma sustentação a partir da análise histórica do sistema mundial, nem é perceptível qualquer indício efetivo da conformação de um novo sistema desse tipo. Portanto, o projeto de império mundial cosmopolita dos Estados Unidos é um objetivo inatingível em virtude de suas contradições e limitações. Fiori (2004a, p.58) argumenta que a marcha norte-americana rumo ao poder global será restringida pelo próprio movimento de tal objetivo, à medida que este alimenta “a contratendência ‘nacionalizante’ dos demais Estados que bloqueiam sua marcha em direção ao poder global”¹². Nesse contexto, os limites intransponíveis ao poder global estão associados à impossibilidade de uma paz perpétua num cenário de expansão das economias nacionais capitalistas e à incapacidade estrutural de uma Grande Potência praticar, de forma permanente, uma política coercitiva voltada apenas a preservar seu *status quo* (FIORI, 2004a, 2004b).

Apesar da impossibilidade de consecução plena de um império mundial, a busca de tal objetivo pelos norte-americanos, a partir de 1991, acabou modificando as relações entre os diversos Estados nacionais, configurando, portanto, uma nova relação de dominação e hierarquia no sistema mundo-capitalista. Denominamos esse novo arranjo de “novas formas de imperialismo”, no qual um único Estado-nação (EUA) exerce diversas formas de domínio sobre os demais países (BALANCO & PINTO, 2005). Apoiando-se em Cooper, Fiori (2006, p. 23) apresenta este tipo de dominação ou de imperialismo em suas três principais formas recentes, a saber: i) o “imperialismo cooperativo”, que seria utilizado na condução das relações entre os países anglo-saxões e os países desenvolvidos; ii) o imperialismo da “lei das selvas”, que regeria as interações entre os países “honestos” e “pré-modernos”, incapazes de manter a ordem em seus territórios nacionais; e iii) o imperialismo da economia global (livre comércio), administrado pelas instituições supranacionais (FMI e Banco

¹² Caso alguma dessas unidades consiga se impor de forma imperial (*imperium*), ocorreria a eliminação de todos os poderes territoriais e, por conseguinte, a eliminação do processo de acumulação de poder. Isso ocorrendo, haveria uma crise, haja vista o estado de entropia decorrente do fim das hierarquias, da competição e da guerra. Portanto, o sistema de acumulação de poder requer a existência de pelo menos três jogadores e dois adversários competitivos (FIORI, 2004a)

Mundial), que seria apropriado para os países que se abram e aceitem pacificamente a interferência das organizações internacionais e dos estados estrangeiros.

Com a vitória do republicano Bush (filho) não ocorreram mudanças na estratégia de longo-prazo dos Estados Unidos de construção de um império mundial sob uma ordem econômica liberal. Na verdade, o que ocorreu foi uma mudança na retórica dominante da política externa, que agora assume uma linguagem bélica e um unilateralismo explícito, principalmente após os atentados de 11 de setembro de 2001. Apesar da não mudança do projeto de longo-prazo norte-americano, verifica-se uma mudança no mínimo conjuntural – que pode ganhar ares estruturais – dentro do sistema-mundo, haja vista a configuração da nova doutrina estratégica do governo estadunidense (explicitada no documento “Estratégia para a segurança nacional dos Estados Unidos”) posteriormente aos atentados e seus efeitos evidentes na proposição e nos resultados das guerras do Afeganistão e do Iraque. No referido documento os norte-americanos se reafirmam onipresentes em escala mundial, uma vez que o mundo todo, pelo menos no plano da segurança interna, participa da América. Assim, os EUA devem atuar no sistema internacional como agentes da liberdade através do bom relacionamento entre as nações amigas – Estados estes que se ajustam às posições e não oferecem perigo contra-hegemônico – ajudando os povos das nações inimigas a “restabelecer o caminho da prosperidade” mediante a implantação da liberdade econômica e política. Para Fiori (2006, p. 2),

pode-se compreender perfeitamente a quem está dirigida a nova doutrina estratégica do governo americano, oficializada depois dos ataques de 11 de setembro de 2001. Na prática, os Estados Unidos já fizeram uso do “direito ao ataque preventivo” em vários momentos dos séculos XIX e XX, mas quase sempre contra países pequenos ou periféricos e sob os auspícios da Guerra Fria. A novidade desta nova doutrina não está exatamente neste aspecto, mas no anúncio claro e inequívoco de que o objetivo último dos Estados Unidos a partir de então é impedir, por um tempo indefinido, o surgimento em qualquer ponto do mundo de outra nação ou aliança de nações que rivalize com seu poder.

Assim, percebe-se que tal estratégia tem um caráter de “contenção” dos países que possam rivalizar com seu poder, sobretudo os seus antigos aliados da Guerra Fria, o Japão e a Alemanha. Na verdade, essa estratégia tem como objetivo o exercício de um poder global permanente. Isso tende a provocar o início de uma nova fase de acirramento, de competição e de conflitos políticos entre as grandes potências no contexto do sistema político internacional (FIORI, 2006).

Ao mesmo tempo, além das mudanças no plano político das relações entre os Estados Unidos e seus antigos aliados da Guerra Fria, percebe-se claramente, desde 2001, o surgimento de um novo eixo

da dinâmica de acumulação capitalista do sistema mundial, articulando os Estados Unidos, por um lado, e as economias nacionais do sudoeste asiático, especialmente a Índia e a China – líder desse bloco regional –, por outro. Esses dois países se transformaram nas “máquinas” de acumulação de riqueza do sistema mundial, configurando, inclusive, uma relação “virtuosa” com os Estados Unidos e com vários países periféricos, haja vista a ampliação do comércio internacional e a melhora dos termos de troca em favor dos países periféricos. Esse novo tripé (China, Índia e EUA) protagonista da dinâmica econômica mundial, segundo Fiori (2006, p. 3),

não tem mais como ser revertido a médio prazo, mesmo que alguns setores do *establishment* político e acadêmico americano continuem propondo, particularmente, o bloqueio político da expansão econômica da China. Daqui para frente o que se deve esperar é o aprofundamento das relações econômicas desse novo tripé, mesmo com o acirramento da competição geopolítica entre os Estados Unidos e o bloco asiático liderado pela China.

No contexto da formação desse novo eixo geo-econômico, cabe apresentar o novo papel econômico desempenhado pela China na economia mundial. Medeiros (2006) o chamou de “duplo pólo”, visto que a China, em um pólo, afirma-se como produtor mundial de produtos da Tecnologia da Informação e bens de consumo industriais – principal produtor de manufaturas intensivas em mão-de-obra –, transformando-se num exportador líquido para os EUA e Japão. E, em outro pólo, aparece como grande mercado para a produção mundial de máquinas e equipamentos, de matérias-primas (petróleo, minerais, produtos agrícolas, etc.) e de produtos de alta tecnologia, transformando-se, inclusive, num importador líquido para a Ásia e num dos principais destinos das exportações latino-americanas.

A despeito da relação “virtuosa” desse novo eixo geo-econômico já estão postas questões problemáticas à manutenção futura das atuais taxas de crescimento dos países do tripé, a saber, o problema da escassez das fontes de energia e a questão da “segurança energética”. Isso, na verdade, cria

um verdadeiro quebra-cabeça do ponto de vista da reorganização e redistribuição – tanto política quanto econômica – dos recursos disponíveis, porém escassos, nos vários pontos do mapa energético do mundo. Assim, não é difícil entender a complexidade do novo arranjo que está em curso: basta olhar para as duas pontas do novo sistema – China/Índia e EUA – e para suas necessidades energéticas no futuro[...] (FIORI, 2006, p. 4).

3. Impactos dos movimentos recentes do sistema mundial na América Latina: da integração passiva dos 1990 às novas “janelas de oportunidades” do século XXI

A retomada da supremacia norte-americana por meio da diplomacia do dólar forte e das armas rebateu fortemente na América Latina (AL). O redisciplinamento da periferia foi estabelecido, entretanto somente à custa de uma profunda crise socioeconômica ao longo de toda a década de 1980. O primeiro grande país da região a sentir o golpe da política Volcker foi o México, que decretou o *default* em 1982, gerando impactos em todos os outros países da região, já que minguiaram os fluxos de capitais para a AL, a exceção do Chile e da Colômbia. A partir daí, a região adentra numa fase denominada de “década perdida”, na qual os grandes países, como a Argentina, o Brasil e o México, em diferentes momentos da década, enfrentaram crises internas agudas cujas características recorrentes principais foram a recessão e a inflação galopante.

Essas crises serviram como pavimentação social (legitimação) para a ascensão do modelo de desenvolvimento liberal na década de 1990, uma vez que os ajustes macroeconômicos heterodoxos, dos anos 1980, não conseguiram compatibilizar o ajustamento do balanço de pagamentos e o reordenamento das finanças públicas. Assim, o conflito distributivo na AL, que foi modelado pelo regime inflacionário à época, significou a primeira etapa da maior renúncia da soberania monetária dos seus Estados, já que estes delegaram, em grande parte, ao FMI e ao Banco Mundial suas estratégias econômicas que, num segundo momento, voltaram-se completamente à acumulação com os títulos da dívida e à legitimação do ideário neoliberal (PEREIRA, 2001).

Com a implosão do bloco socialista no final da década de 1980, as transformações estruturais, atreladas à ampliação da globalização financeira, iniciadas em decorrência das estratégias de retomada da supremacia norte-americana, foram aceleradas. Além desses elementos, o início dos anos 1990 também foi marcado por políticas macroeconômicas expansionistas (redução das taxas de juros) dos países centrais, sobretudo os Estados Unidos e o Japão, que buscavam sair da recessão econômica. Essas políticas, em associação com a dinâmica financeira, ancorada na securitização das dívidas públicas e nas inovações financeiras (derivativos, mercados futuros, etc.), provocaram uma grande elevação da liquidez internacional. Parte desta direcionou-se aos países da AL¹³, em grande medida, devido às aberturas comercial e financeira, à reestruturação das dívidas externas, por meio do Plano *Brady*, e, sobretudo, aos diferenciais das taxas de juros dos países da região em relação às

¹³ A partir de 1990, o continente (média entre Colômbia, Chile, Peru, Argentina, México e Brasil) se inseriu no mercado internacional como receptor de investimentos de portfólio e o saldo da conta de capitais foi de 1,4% do PIB (UNCTAD, *apud* MEDEIROS, 1997, p. 293). Dessa forma, o crédito interno, entre 1988 e 1993, aumentou de 22% para 30 % do PIB, enquanto o índice dos preços dos valores negociados em bolsa incrementou-se mais de três vezes e meia.

taxas de juros internacionais. A nova realidade de maior liquidez potencializou a integração da AL como espaço de reprodução da acumulação financeira, por um lado, e como espaço de realização das mercadorias do setor manufatureiro norte-americano, por outro, haja vista o ajuste importador¹⁴ verificado na região durante os anos 90 (MEDEIROS, 1997; BRENNER, 2003).

A partir desse contexto, o Estado norte-americano, articulado com seus segmentos financeiros dominantes, ampliou sua capacidade autônoma para determinar políticas internas e externas e estabelecer, através da coerção, a dominação sobre estados nacionais da região. Desse modo, a grande maioria dos governos latino-americanos, entre o final dos anos 80 e início dos 90, aderiu, com diferentes graus de intensidade, aos ajustes estruturais que consistiam, por um lado, em planos de estabilização econômica, por meio da valorização cambial, e, por outro, em reformas institucionais voltadas, principalmente, à liberalização econômica, à estabilização do direito de propriedade e à flexibilização do mercado de trabalho. Assumiu-se, portanto, a retórica de que o excessivo intervencionismo estatal era o principal empecilho para que os países latinos prosperassem.

É preciso observar que os ajustes estruturais só se tornaram viáveis a partir da adesão das frações dominantes locais ao mito da “modernidade” proveniente da utopia da globalização. O condomínio do poder de cada país latino-americano havia definido o projeto de desenvolvimento a ser seguido: o modelo neoliberal de integração passiva aos movimentos da globalização. A partir daí iniciou-se, na América Latina, um padrão de acumulação capitalista pautado pela ampliação da acumulação financeira por meio, principalmente, da expansão da dívida pública latina, pela redução da realização interna da produção regional e pelo aumento da “superexploração” do trabalho como decorrência do processo de precarização desse mercado.

Nesse novo padrão de acumulação as frações dominantes financeiras e *financeirizadas*, tanto do capital financeiro e produtivo internacional quanto dos grandes grupos econômico-financeiros nacionais, assumiram a supremacia entre as frações dominantes de cada país da América Latina, com poucas exceções. Aqui cabe ressaltar que as frações locais, quase sempre, se inseriram de forma subordinada aos movimentos do capital financeiro forâneo. Nessa nova configuração de poder das frações dominantes locais, fazem parte da mesma o capital financeiro internacional expresso pelos fundos de pensão, pelos fundos mútuos de investimentos e pelos grandes bancos multinacionais, assim como os grandes grupos econômico-financeiros locais, que conseguiram

¹⁴ Ajuste este que nasceu, em certa medida, fruto da estratégia comercial norte-americana de abertura de mercados na região para os seus diversos tipos de produtos manufatureiros, haja vista a desvalorização do dólar em relação às moedas locais, com a implementação dos planos de estabilização macroeconômica, e a redução das barreiras tarifárias dos países latino-americanos.

sobreviver, até aqui, ao processo de globalização, em função de sua capacidade competitiva ou através da associação subordinada com capitais estrangeiros. E também o capital produtivo multinacional (associado ou não ao capital nacional) e, nos países latinos que sempre apresentaram baixo grau de industrialização, os grupos de grandes produtores agrícolas.

A aquiescência de boa parte da população dos países latinos ao ideário neoliberal foi reforçada nos momentos iniciais da implementação dos ajustes, na medida em que se verificou uma rápida redução da inflação¹⁵ e um aumento do crédito. Isso, por sua vez, possibilitou um aumento do consumo e um crescimento da produção e do emprego. A estabilidade monetária se converteu no principal bem público da América Latina e garantiu a eleição e a reeleição de vários presidentes, dentre eles Carlos Menem na Argentina, Fernando Henrique Cardoso no Brasil, Alberto Fujimori no Peru e a manutenção do partido governista no México. Ademais, os Ministros da Fazenda e presidentes de Bancos Centrais que conduziram a austeridade fiscal e monetária foram saudados como heróis pelos investidores estrangeiros, que trouxeram quantidades de capital sem precedentes para a região. No entanto, o crescimento logo se mostrou efêmero diante dos problemas surgidos pela própria operacionalização do modelo macroeconômico neoliberal, a saber, a deterioração das contas externas e das finanças públicas e a elevadíssima dependência de capital especulativo forâneo.

A combinação de déficits elevados em transações correntes, de taxa de câmbio apreciada e de déficit orçamentário tornou-se insustentável, pois a qualquer sinal desfavorável aos mercados verificava-se uma saída maciça dos capitais voláteis, comprometendo assim a conversibilidade da moeda que, conseqüentemente, geraram crises agudas nos países da região, tais como, as verificadas no México em 1994, no Brasil em 1999 e na Argentina em 2001, dentre outras. Desse modo, as contradições internas do modelo neoliberal (impossibilidade de redução da taxa de juros a certo nível imposto pelo capital financeiro) provocaram ingentes elevações na dívida pública e impediram qualquer possibilidade de se engendrar um crescimento sustentável que pudesse levar a melhoria na distribuição de renda, já que a busca de “credibilidade” para os mercados, uma vez conquistada, cobra um preço alto pela sua fidelidade.

A manutenção das altas taxas de juros para garantir o diferencial de rentabilidade teve como efeito a restrição do crescimento econômico nos anos 1990 na América Latina. O máximo que este modelo gerou, ao longo da década, foram pequenos períodos de crescimento espasmódico. Mesmo assim,

¹⁵ As políticas econômicas ortodoxas conseguiram alcançar seu intento monetário: conter a inflação. No México a inflação se reduziu de 60,9%, na média entre 1980-95, para 5,1% em 1995. No Brasil e na Argentina essa redução foi ainda maior, de 2.862,4%, em 1990, para 6%, em 1995, e de 2.314,0%, em 1990, para 3,4 %, em 1995, respectivamente (CEPAL, 2003).

somente quando o cenário internacional era bastante favorável. Nem mesmo as mudanças dos regimes cambiais, nem as políticas de metas inflacionárias, nem os regimes fiscais mais draconianos, engendrados no final dos anos 1990, em diversos países da região, conseguiram reverter, de forma estrutural, a vulnerabilidade externa e a fragilidade financeira do setor público.

Do ponto de vista da estrutura produtiva verificou-se, na América Latina, durante os anos 1990, uma mudança desfavorável no padrão do comércio internacional, o que, por sua vez, levou ao aumento na participação dos produtos com baixo valor agregado nas exportações. Isso aconteceu fortemente no Brasil e na Argentina e com muito menos intensidade no México, em virtude das características específicas das *maquiladoras* na estrutura produtiva daquele país. O baixo dinamismo das exportações manufatureiras com maior conteúdo tecnológico nesses dois países, dentre outras coisas, demonstra o dismantelamento e/ou a desnacionalização do aparelho produtivo atribuído especialmente à apreciação cambial e às baixas taxas de investimento (TEUBAL, 2000-2001).

No que diz respeito às interações de acumulação de poder e riqueza, os ajustes estruturais implantados na maioria dos países latino-americanos, na verdade, proporcionaram, segundo Teubal, (2000-2001, p. 461) “enormes transferências de renda, poder e riqueza para o *establishment* político e econômico”. Essa situação representou a “marginalização e exclusão da maioria da população” e a desvalorização das políticas sociais universalizantes, haja vista (i) o incremento da exploração do trabalho, evidenciado por meio da redução dos salários reais dos grupos de rendimentos mais baixos; (ii) a maior “regressividade” na distribuição da renda; e (iii) a elevação do desemprego em suas várias formas. A adoção do modelo neoliberal ampliou a desarticulação setorial e social – uma característica histórica do capitalismo dependente -, provocando, com isso, a deterioração das condições sociais das populações (PINTO & BALANCO, 2004; TEUBAL, 2000-2001).

Em linhas gerais, a América Latina, ao longo dos anos 1990, integrou-se passivamente aos circuitos de produção e reprodução do capital por meio dos ajustes estruturais liberais, “acreditando” que este seria o único caminho para a “modernização” da região. A prosperidade não chegou; pelo contrário, o que se verificou foi uma ampliação da dependência e da subordinação latino-americana às potências centrais capitalistas, gerando, com isso, a ampliação do legado histórico de concentração de riquezas e das mazelas sociais do capitalismo dependente regional (PINTO & BALANCO, 2004).

Assim, o fracasso do modelo econômico neoliberal na América Latina em realizar sua promessa de crescimento econômico, com estabilidade monetária e com melhoria na distribuição da renda, ficou às claras, após praticamente duas décadas de sua implantação. Isso contribuiu para a perda de sua

legitimidade na maioria dos países da região, contribuindo decisivamente, por sua vez, para uma nova inflexão mais à esquerda de muitos governos latino-americanos, sobretudo a partir de 2002. Foram retomadas, inclusive, em maior ou menor grau, a depender das características internas de cada país, proposições de políticas do tipo “nacional-popular” ou “desenvolvimentistas”, que haviam sido jogadas ao limbo pelo neoliberal durante a década de 90. Essa tendência sincrônica de nova rota ficou evidente na região a partir das últimas eleições presidenciais com a vitória eleitoral de Evo Morales, líder indígena e socialista, na Bolívia, em 2005; a eleição da militante socialista, Michele Bachelet, no Chile no início de 2006; as reeleições de Hugo Chávez e Luiz Inácio Lula da Silva, respectivamente na Venezuela e no Brasil, em 2006. Resultados estes que reforçam uma tendência que havia se iniciado com a primeira vitória eleitoral de Hugo Chávez, em 1998, na Venezuela, e reforçada posteriormente com a ascensão de Nestor Kirshner na Argentina em 2002, a primeira condução de Lula, no Brasil, à presidência em 2002 e a eleição de Tabaré Vasquez no Uruguai (FIORI, 2006; ARCEO, 2006).

Nesse contexto, verifica-se que os Estados Unidos vem perdendo apoio e capacidade de intervenção na região à medida que foram sendo eleitos governantes que questionavam, em grande parte, às políticas neoliberais patrocinadas pelo “Consenso de Washington”. Essa menor capacidade de intervenção estadunidense na região começou a surgir, segundo Fiori (2006, p. 19-20), sobretudo, após: i) o apoio norte-americano ao fracassado golpe militar de 2002 na Venezuela; ii) “o esvaziamento do projeto da ALCA, patrocinado pelo Brasil e Argentina, e engavetado na Reunião da Cúpula das Américas, em Mar Del Plata”; e iii) o rompimento argentino com o FMI em 2003, decretando unilateralmente uma moratória que veio a ser exitosa.

O fortalecimento do “automatismo” das políticas implementadas pelos novos governos da América Latina foi possível, em certa medida, em virtude de mudanças no eixo geo-econômico mundial e seus impactos na região, as quais estão associadas fortemente ao crescimento extraordinário das economias asiáticas, sobretudo da China, que tem funcionado recentemente com “duplo pólo” dinâmico mundial (MEDEIROS 2006; FIORI, 2006).

Esse novo eixo geo-econômico tem gerado efeitos significativos na dinâmica de crescimento mundial no início do séc. XXI, trazendo, inclusive, efeitos positivos para a economia latino-americana, a saber: aumento do *quantum* das exportações do continente; e aumento dos preços internacionais das principais *commodities* (sobretudo do petróleo, do gás e dos minerais) exportadas pela região. Esses dois elementos, em articulação, propiciaram um acelerado crescimento das taxas

de exportação¹⁶, em valor, e uma melhora nos termos de troca da região, relaxando, por sua vez, os problemas de financiamento e de restrições externas ao crescimento dos países da região e, em alguns casos, a depender da estrutura produtiva interna do país, também funcionando como importante componente da demanda efetiva¹⁷. Isso possibilitou o aumento das taxas de crescimento de quase todas as economias nacionais da região¹⁸, principalmente aquelas com fortes excedentes minerais e energéticos (FIORI, 2006; MEDEIROS & SERRANO, 2001).

Associado ao crescimento também ocorreu um fortalecimento da capacidade fiscal da região, sobretudo dos países produtores de petróleo, de gás e de minerais, uma vez que os novos preços desses produtos permitiram aumentos de royalties e de impostos, aumentando os ingressos de recursos fiscais. Além do impacto do aumento dos preços desses produtos sobre a arrecadação, o fortalecimento fiscal também foi fruto de novos instrumentos tributários geradores de mais recursos fiscais. A Bolívia, o Chile e a Venezuela, por exemplo, criaram novos impostos sobre a produção de seus recursos não renováveis (gás, cobre e petróleo). O fortalecimento da capacidade fiscal da região, especialmente de alguns países especializados em produtos não renováveis, permitiu a implantação de políticas fiscais mais expansionistas centradas em maiores investimentos públicos em infra-estrutura e em maiores gastos em políticas sociais massivas (FIORI, 2006; CEPAL, 2006). A melhora dos preços da energia e dos minérios para os países produtores latino-americanos, decorrente da configuração do novo eixo geo-econômico de acumulação mundial, proporcionaram crescentes superávits em conta corrente da região (saldo de 0,5% do PIB em 2004, de 1,5% em 2005, e de 1,8% em 2006, segundo a Cepal (2006)) e elevação do IED, que agora retornaram buscando a produção de matérias-primas (*resource-seeking*), como o petróleo e gás, a mineração e a agricultura. Isso gerou um forte aumento das reservas em moeda forte dentro da região, o que, por sua vez, reduziu a restrição externa da região, possibilitando inclusive que

[...] no caso da Venezuela, seus 30 bilhões de reservas vêm lhe permitindo atuar na região como uma espécie de “banco central informal”, toda vez que se dispõe a comprar títulos das dívidas públicas nacionais dos países da região. Uma decisão do governo venezuelano que contribuiu decisivamente para o esvaziamento e o

¹⁶ Segundo Cepal (2006), o cenário internacional favorável permitiu que a região em seu conjunto tivesse um aumento de 8,4% do volume de suas exportações, entre 2005 e 2006. Esse aumento, articulado com a melhora dos preços internacionais dos principais produtos exportados pela região, gerou um aumento de 7% nos termos de troca regional entre 2005 e 2006.

¹⁷ Para uma discussão a respeito do papel das taxas de exportações no equacionamento do financiamento externo do desenvolvimento e como componente da demanda efetiva de longo prazo ver Medeiros & Serrano (2001).

¹⁸ Segundo estudo recente da Cepal (2006), estima-se que o crescimento do PIB na América Latina e Caribe seja de 5,3%, registrando assim, o terceiro ano consecutivo com taxas superior a 4%. Além disso, espera-se um crescimento por volta de 4,7. Isso permitirá um crescimento do produto *per capita*, entre 2003 e 2007, de cerca de 2,8%, ao ano, em média.

súbito desaparecimento do FMI do cenário financeiro (e midiático) da América do Sul (FIORI, 2006, p. 20).

É sem dúvida paradoxal que esse novo cenário para a América Latina - que expressa a elevação da margem de manobra dos países da região relativamente aos EUA - dependa da continuidade do forte crescimento da economia mundial, liderado pelos Estados Unidos e pela China. Apesar desse paradoxo, vai ficando claro que novas “janelas de oportunidades” estão se abrindo para a América Latina. Contudo, isso não significa dizer que todos vão aproveitá-las na mesma maneira, pois dependerá da forma em que as forças políticas internas de cada país do continente se posicionam. Forças estas que são determinadas pelos movimentos dialéticos das frações dominantes locais e forâneas – o bloco no poder – em sua maior ou menor influência na conformação das estratégias adotadas pelos Estados. Vejamos agora de forma sintética como a dinâmica interna, dada pelos movimentos dialéticos do bloco no poder, do Brasil, da Argentina e da Venezuela tem influenciado, mais ou menos intensamente, o aproveitamento das janelas de oportunidades abertas pelo o novo eixo geo-econômico mundial.

4. “Janelas de oportunidades” e trajetórias de desenvolvimento na AL: questões em aberto

Diante da natureza das transformações experimentadas pelos países latino-americanos na fase de maior impacto do neoliberalismo, em que se destacam as estratégias de desenvolvimento associadas ao capital estrangeiro impulsionadas pelos setores dominantes locais, cabe perguntar se a “guinada à esquerda” verificada em boa parte dos países da AL resultará em ruptura com o modelo neoliberal, ao mesmo tempo, abrindo espaço para uma alternativa efetivamente pautada em critérios de autonomia e independência nacional.

A princípio, pode ser constatado um cenário relativamente diversificado no que tange ao comportamento dos novos governantes latino-americanos recém eleitos. Enquanto, por um lado, alguns parecem se encaminhar na busca de maior autonomia vinculada a um novo projeto nacional-desenvolvimentista, mesmo que ainda centrado em maior integração com o mercado mundial e sem ruptura explícita com a ênfase no drive exportador baseado em bens primários e no reduzido valor da força de trabalho, como parece ser o caso da Argentina, Bolívia e Venezuela, por outro lado, forças tradicionalmente de esquerda, agora ocupando a posição de governantes, aparentemente utilizam-se dessa tradição como fonte de legitimidade para a manutenção do essencial do modelo neoliberal excludente. Poder-se-ia dizer, portanto, que, relacionados à essa última atitude estão os atuais governos do Brasil, Chile e Uruguai.

Por sua vez, é necessário considerar as limitações impostas à alternativa de encaminhamento do desenvolvimento estruturada em torno de um modelo de autonomia nacional. Essa limitação, como descrito anteriormente, decorre do quadro internacional de relações de forças no plano do sistema-mundo conforme suas transformações mais recentes. O “novo imperialismo” e o novo cenário da divisão internacional do trabalho e da produção de mercadorias se estabeleceram com uma clara designação dos papéis a serem exercidos pelos países da periferia. Dessa forma, há que se questionar a possibilidade de rupturas mais contundentes com este modelo no âmbito da AL diante da ausência de conformação de uma ruptura no mesmo sentido com um mínimo de organicidade no plano intencional. Levanta-se aqui, por conseguinte, numa perspectiva metodológica, o pressuposto da necessidade de constituição de uma “nova internacional” que se oponha ao novo imperialismo. Assim, as aqui denominadas “janelas de oportunidade”, podem permanecer circunscritas à contradição entre, no plano político, a ascensão formal da esquerda ao poder e, na esfera econômica, a manutenção da estratégia de desenvolvimento associada minimamente modificada “com a eleição, no melhor dos casos, de redes mais amplas de contenção e uma defesa mais firme de contrapartidas quanto ao acesso aos mercados dos países centrais” (ARCEO & BASUALDO, 2006).

6. Conclusões

Procurou-se, ao longo deste artigo, mostrar como as transformações hierárquicas ocorridas no sistema-mundo na década de 1990 e nos anos iniciais do séc. XXI refrataram de forma diferenciada na América Latina. Enquanto nos anos 1990, a AL, em grande parte, integrou-se de forma “passiva” aos movimentos de globalização, em virtude da adoção do modelo neoliberal, nos anos iniciais do séc. XXI, especialmente entre 2002 e 2006, constituiu-se um novo eixo na América Latina mediante o qual, aparentemente, o modelo neoliberal vai sendo deixado de lado em prol de políticas do tipo desenvolvimentistas. Isso foi possível a partir de dois elementos que se articulam, a saber, os movimentos contrários ao modelo neoliberal no interior do bloco no poder em cada país, e a “janela de oportunidade” aberta pelo forte crescimento acelerado da economia mundial a partir do novo geo-econômico (China/Índia e EUA), que possibilitou a redução das restrições externas no balanço de pagamentos da região.

Pelo menos conjunturalmente, os países latino-americanos puderam extrair dividendos desse novo quadro internacional no sentido da redução da vulnerabilidade a que estiveram sujeitos no período mais regressivo do neoliberalismo. Contudo, o mais relevante, implícito a essa inflexão, foi o

simultâneo movimento de ascensão ao poder de boa parte da esquerda latino-americana, resultado este apoiado, sobretudo, na crítica ao neoliberalismo.

Pode ser afirmado, portanto, que foram criadas condições para que as janelas de oportunidade se inscrevassem em uma trajetória de ruptura mais efetiva com padrões de acumulação assentados em estruturas regressivas e de aprofundamento da exploração e da subordinação da autonomia nacional. Não resta dúvida, essas oportunidades abertas acontecem dentro de uma totalidade fortemente complexa e contraditória, na qual, a AL, como uma de suas partes componentes, teria que reunir algumas premissas fundamentais que a colocassem num plano de relativa independência no interior do sistema-mundo produzido pelas transformações do capitalismo nas últimas décadas no século XX e nos primeiros anos do século XXI.

Referencias

- ARCEO, E. El fracaso de la reestructuración neoliberal em América Latina. In: BASUALDO, E. & ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- ARCEO, E. & BASUALDO, E. Documento inicial: los cambios de los sectores dominantes en America latina bajo El neoliberalismo. In: BASUALDO, E. & ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- BALANCO, P. & PINTO, E.C. Dimensões do capitalismo contemporâneo: alguns aspectos do debate acerca do Estado-nação e do novo imperialismo. In: **XXXIII Encontro Nacional de Economia (ANPEC)**, Natal, RN, 2005.
- BOYER, R. Dois desafios para o século XXI: disciplinar as finanças e organizar a internacionalização. **Nexos Econômicos**: Revista do Mestrado de Economia da UFBA, Salvador, v. 1, n. 2, dez., 1999.
- BRENNER, R. **O boom e a bolha: os EUA na economia mundial**. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- CEPAL - Anuário estático 2003 da Comissão Econômica para América Latina. Cepal, 2003.
- CEPAL – Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2006. Cepal, 2006
- CHESNAIS, F “Nova economia”: uma conjuntura específica da potência hegemônica no contexto da mundialização do capital. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, 7 Letras, nº 9, p. 53-85, dezembro de 2001.
- CODATO, A. N. & PERISSINOTTO, R. M. O estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas” de Marx. **Crítica Marxista**, nº 13, Editora Revan, 2001.
- EICHENGREEN, B. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

- FIORI, J. L. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, J. L. (Org.) **O poder americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a.
- FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1997.
- FIORI, J. L. Sistema mundial e América Latina: mudanças e perspectivas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Mimeo.
- FIORI, J. L. Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, J. L. (Org.) **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- FIORI, J. L. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: FIORI, J. L. (Org.) **O poder americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004b.
- GONÇALVES, R. **Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global**. Rio de Janeiro: Record 2002.
- MEDEIROS, C. A. & SERRANO, F. Inserção Externa, Exportações e Crescimento no Brasil, in FIORI, J. L. & MEDEIROS, C. A. (org.), **Polarização Mundial e Crescimento**, Vozes, Petrópolis, 2001.
- MEDEIROS, C. Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. In TAVARES, M; FIORI, J.L; (Org.) **Poder e dinheiro**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1997.
- MEDEIROS, C.A. & SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, J. L. (Orgs.). **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.
- MEDEIROS, C.A. A china como duplo pólo na economia mundial e a recentralização asiática. **Revista de Economia Política**, julho, 2006
- OLIVEIRA, N. **Neocorporativismo e política pública: um estudo das novas configurações assumidas pelo Estado**. Edições Loyola/CEAS, São Paulo, 2004.
- PEREIRA, J. Crisis financiera y regulación política en América Latina. In: **Revista de Comércio Exterior**, setembro de 2001.
- PINTO, E. & BALANCO, P. A Integração Passiva no âmbito da Globalização: os ajustes estruturais na América Latina. In: **IV Colóquio de Economistas Políticos da América Latina**, São Paulo, Anais (CD-ROM), 31 de outubro a 2 de novembro de 2004.
- POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo, ed. Martins Fontes, 1977.
- SEABROKE, L. **US power in international finance**. The Victory of dividends, Palgrave, 2001.
- SERRANO, F. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, nº 20, 2002.

- SERRANO, F. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, J. L. (Org.) **O poder americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, Vozes, 1997.
- TEUBAL, Miguel. Structural adjustment and social desarticulation: the case of Argentina. **Science and Society**. New York. V.64, n.4, winter 2000-2001.